

## Do Publicista ao Político

Raul Pilla

**R**ETOMANDO estes comentários, suspensos há um mês para atender, no Rio Grande do Sul, um setor mais urgente de minha atividade pública, não posso deixar de referir-me à crônica de Gustavo Corção, intitulada «Céu Carregado». Tem a brilhante peça um mês, ou mais, de publicada, mas tamanha é a autoridade do escritor e tão incisiva a sua crítica, que sempre palpitante é a sua atualidade. Eu não a poderia deixar, por isto, sem a conveniente embora retardada resposta.

Refere-se o ilustre publicista à idéia, então apresentada e hoje ao parecer abandonada, de um entendimento entre os partidos do centro para fazer face à caótica situação do país e, nomeadamente, à ameaça comunista, mediante uma condição que tanto eu, como o sr. Carlos Lacerda, julgamos essencial — a imediata adoção do sistema parlamentar de governo. Fácil, fundada e, não obstante, injusta é a crítica do brilhante cronista.

Como poderá ser ao mesmo tempo fundada e injusta? É muito simples, apesar de parecer contraditório. O sr. Gustavo Corção põe-se na posição do publicista que não tem compromissos com a ação. O seu pensamento não padece limitações. Mas tanto eu, como o sr. Carlos Lacerda, somos políticos militantes, que têm o dever de procurar soluções. Podem estas não ser as melhores, considerado o problema abstratamente, mas devem ser possíveis na situação existente. E, sendo possíveis, o fato de não terem probabilidade de aceitação, não exime o político de as apresentar: nada conseguindo, terá ao menos ressalvado a sua responsabilidade de militante. O simples publicista não está adstrito a tais obrigações, pode mover-se na esfera do que deve, e não na do que pode ser, mas, exercendo a crítica, não deve desconhecer a situação especial do político militante.

Ora, o sr. Gustavo Corção perpetró comigo e com o sr. Carlos Lacerda esta injustiça, conquanto bem claro estivesse o meu pensamento na entrevista publicada por «O Globo» em sua edição de 8 de julho.

Começava eu por proclamar a necessidade de uma revolução, uma boa revolução para sanear o país. «O funcionamento habitual, já não se poderia dizer normal, das nossas instituições — dizia eu — parece incapaz de conseguí-lo, posto que tudo funciona cada vez pior». Mas ao mesmo tempo que isto proclamava, reconhecia eu não haver possibilidade da reclamada revolução.

«Que fazer então? — perguntava eu. E respondia: «Enquanto o extremismo está levando o país à anarquia, conclamar os partidos do centro a tomar consciência da ameaçadora realidade, a entender-se para salvar a democracia, fazendo as reformas necessárias, não só nas instituições, mas nos costumes. Entender-se para regenerar a República, salvando a democracia, isto é o que lhes cabe fazer».

Se tal fôsse realizável, condená-lo-ia o sr. Gustavo Corção? Não o creio. A sua crítica refere-se somente à viabilidade da fórmula. Estranha é a estratosférica atitude de dois homens que devem possuir melhores dados», do que éle.

Ora, eu talvez não creia mais do que éle na aceitação da fórmula, que consistiria no estabelecimento de um governo coletivo e responsável, em vez do governo pessoal e irresponsável que temos. E, aceita que fôsse, eu também não tenho segurança que desse desde logo os resultados desejados, tão profunda é a perversão dos nossos costumes políticos. Mas teríamos, pelo menos, aberto, a porta para a reforma institucional, que o próprio crítico reconhece necessária, ou, pelo menos, conveniente.

Que fórmula apresenta o sr. Gustavo Corção, em vez desta? Nenhuma. Limita-se a estabelecer alguns preceitos gerais, muito bons, mas que não se vê como aplicar.

Esta é entre nós a diferença. O publicista pode limitar-se a considerar as questões abstratamente; o político militante não pode recusar-se à ação. A situação deste é muitas vezes semelhante à do médico à cabeceira do doente, que não pode abandonar, enquanto houver vida. Ele pode não esperar grande coisa de sua intervenção, mas lícito lhe não é deixar de intervir.